

OFÍCIO N° 061/2026

Aracoiaba - CE, 14 de abril de 2026.

À
Câmara Municipal de Aracoiaba
Excelentíssimo Senhor
Pedro Campelo Nogueira
Presidente

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2027.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar a essa Augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027 (LDO), em cumprimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A presente proposta estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, orientando a elaboração do orçamento anual, além de dispor sobre alterações na legislação tributária e política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Diante da relevância da matéria, solicito a apreciação e aprovação do referido projeto por parte dos nobres vereadores, dentro dos prazos legais.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

WELLINGTON SILVA DE OLIVEIRA
Prefeito de Aracoiaba

Mensagem Nº 06/2026

14 de abril de 2026.

Excelentíssimo Senhor (a) Presidente;
Senhores (as) Vereadores,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência e a seus digníssimos Pares, para encaminhar à consideração deste Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei para apreciação referente à **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027**, em cumprimento as determinações legais, de forma que, procuramos estabelecer todas as formalidades legais aplicáveis, que serão obedecidas e aplicadas quando na elaboração da **PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA** para o Exercício em tela, em restrita observância das normas constitucionais, ademais, todas as exigências da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Complementar 101/2000(LRF).

Isto posto, almejamos o apoio necessário de Vossa Exa. e insignes Pares, certo de que esse Projeto de Lei por sua relevância, oportunidade e legalidade, há de merecer o acolhimento de Vossa Excelência e dos demais nobres Senhores Vereadores, mercê do seu elevado espírito público, subscrevo-me, renovando a certeza de meu respeito e admiração.

Atenciosamente,

Wellington Silva de Oliveira
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

DD. Presidente da Câmara Municipal.

Nesta

PROJETO DE LEI Nº 06/2026 DE 14 DE ABRIL DE 2026

EMENTA: “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Aracoiaba, Estado do Ceará, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2027:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. as disposições finais.

§ 1º - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

Art. 2º - O Plano Plurianual para o período de 2026 A 2029, estabeleceu as prioridades e as metas para o exercício de 2027, sendo esta Lei regra estabelecida para elaboração da presente Lei e da Lei Orçamentária Anual 2027, sendo composta a Lei de Diretrizes Orçamentárias dos seguintes Anexos:

§ 1º - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2027, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- I. Anexos de Riscos Fiscais – ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- II. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 1 – metas anuais;
- III. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 2 avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- IV. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 3 – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- V. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 4 – evolução do patrimônio líquido;
- VI. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 5 – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- VII. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 6 – avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- VIII. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 7 – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- IX. Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 8 – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

§ 2º - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

§ 3º - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3º - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a despesas administrativas e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, inclusive investimentos como aquisição de bens, obras e serviços de engenharia.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. texto de lei;
- II. consolidação dos quadros orçamentários;
- III. anexos dos orçamentos, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;
- VI. despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;

VII. recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

§ 2º - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares o efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

§ 3º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 5º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º - Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretárias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais e Administração Indireta encaminharão até o dia 28 de agosto de 2026, à Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

Art. 7º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.

§ 1º - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser identificadas por Projeto e Atividades, com indicação das Contas Orçamentárias de acordo com a ação a ser executada.

§ 2º - Os subprojetos e subatividades, se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

§ 3º - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

§ 4º - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional-programática deverão observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

§ 5º - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.

§ 6º - As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, sendo utilizados na mesma destinação sem a necessidade de crédito adicional, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

Art. 8º - A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica a Unidade Orçamentária;

- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

Art. 9º - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.

§ 2º - Cada Projeto de Lei e Decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 10 - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á nas previsões de receitas e despesas:

- I. Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- II. Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III. Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do

- IV. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.
- V. fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- VI. incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- VII. atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

Parágrafo Único - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

Art. 11 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

Art. 12 - As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos;
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;

V. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2027 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

§ 2º - A destinação de recursos à entidade privada sem fins lucrativos será contratação mediante as regras da MROSC Lei 13019/2014, para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e desportos serão realizadas por intermédio repasse, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer dentro do prazo previsto no Termo de Fomento ou Termo de Cooperação, composta dos seguintes documentos:

- I. Plano de Trabalho;
- II. prestação de Contas;
- III. recolhimento do saldo monetário que houver.

§ 3º - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando ao origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

Art. 13 - É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da

- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,
- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.
- IV. Para Associações de classe mediante repasse com prestações de contas que seus recursos foram destinados aos Associados.
- V. Mediante aplicação de recursos por entidades sociais para execução de pequenas obras e investimentos necessários a comunidade, mediante apresentação de prestação de contas e prévio projeto de aplicação dos recursos.

Art. 14 - As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, patrocínio a eventos, a pessoas físicas e jurídicas serão realizadas exclusivamente mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atendê-la a estado de calamidade pública legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

- I. o fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e,
- III. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. fisco do Município.

- I. a exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa; e,
- II. acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 2º - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congêneres, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.

§ 3º - Na concessão de crédito ou patrocínio a pessoa física ou jurídica, associação ou entidade, destinado a atividades desportivas e culturais, apoio a liga desportiva, associação desportiva para implementação de Competições Esportivas Regionais ou apoio a atividades culturais no âmbito da Sociedade local.

§ 4º - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do *caput*.

Art. 15 – Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

§ 1º - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2027, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

- I. Investimentos;

- II. Pessoal e Encargos Sociais;
- III. Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- IV. Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

§ 2º - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

§ 3º - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, esta poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.

Art. 16 - O Município apresentará no exercício de 2027, resultado primário equivalente a pelo menos de acordo com as metas estimada para o Exercício, previstos nos quadros anexos.

Art. 17 - À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. pagamento da dívida interna; e,
- II. pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo;

§ 1º - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

§ 2º - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições

de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

§ 3º - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

§ 4º - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

Art. 18 - O sistema de Controle Interno junto ao Setor Tributário gravará ao final do exercício financeiro como Dívida Ativa Não Tributária, em nome do respectivo responsável, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.

Parágrafo Único – A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2027 e do pagamento da multa imposta.

Art. 19 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterà, dentre outros.

§ 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

§ 2º - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I. Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;
- II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;
- III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde

Art. 20 - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 21 - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

Art. 22 - Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e

vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

§ 1º - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:
 - a) Arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) Compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
 - c) Demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 23 – Para fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

Art. 24 - O aumento, reajuste Salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei Municipal Especifica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I. As exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II. o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

Art. 25 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

- II. Criação de cargo, emprego ou função;
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 26 - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

Parágrafo Único - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

Art. 27 - A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

- I. Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;
- II. Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;
- III. estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Art. 28 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de

estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I. Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar nº 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II. Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

Art. 29 - A Prescrição de crédito de Dívida Ativa poderá ocorrer desde que os respectivos custos de cobrança, considerando o valor do Processo para Administração Pública em geral, exceder o valor da dívida, mediante apresentação de estimativa de custos no âmbito judicial, administrativo ou quando lei dispuser deste montante.

Art. 30 – Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente ou na diminuição de despesas públicas.

Parágrafo Único – A lei mencionada no *caput* deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art. 31 - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- III. aumentar o número de parcelas;
- IV. proceder ao encontro de contas;
- V. efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo Único – os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I. o valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

Art. 32 – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I. A disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II. A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

- III. As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;
- IV. As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- V. As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto à terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

Art. 33 - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2026), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.

§ 1º - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;

§ 2º - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 2027, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 2026, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

§ 3º - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício

durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

§ 4º - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC Nº. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.

Art. 34 - O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2027, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do percentual previsto no Artigo, em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2026, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2026, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2027, conforme o resultado apurado de Dezembro/2026, mediante Crédito Suplementar.

§ 1º - A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

§ 2º - Durante a execução orçamentária no exercício de 2027, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

Art. 35 - A partir do 10º dia do início do exercício de 2027, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com

juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2027, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

Art. 36 – Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando a abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o Município como partícipe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

Art. 37 - A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

Art. 38 - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 39 - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 40 - Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2026 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início de exercício financeiro de 2027, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser abertos de acordo com a necessidade, as dotações para atendimento de despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de serviços de dívida;
- III. água, energia elétrica e telefone;
- IV. combustíveis e peças;
- V. os subprojetos e subatividades em execução em 2027, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. o Sistema Municipal de Educação;
- VII. pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

§ 4º - Aplica-se o previsto no Art. 48 considerando como limite as cotas mensais abertas até o mês corrente, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária que tramita no Poder Legislativo.

Art. 41 – Ficam autorizadas as despesas à serem incluídas no Orçamento para o exercício de 2027, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:

- I. Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;
- II. Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;
- III. Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;
- IV. Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;
- V. Suprimento de Fundos.
- VI. Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços a População do Município, de obrigações dos demais entes, com contrapartida Municipal, somente quando, for a favor da População do Município.
- VII. Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

§ 2º - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.

Art. 42 – A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 43 – Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade a serem limitadas, são:

- I. **Primeiras despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a remuneração de serviços pessoais;
- II. **Segundas despesas limitadas**, Despesas referentes a obras e instalações;
- III. **Terceiras despesas limitadas**, Despesas referentes a aquisição de material permanente;
- IV. **Quartas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos, como combustíveis, peças, insumos e outros bens necessárias ao funcionamento do Município;
- V. **Quintas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;

Art. 44 – Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento da cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 45 – Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

Art. 46 – Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

Parágrafo Único – Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

Art. 47 – Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 14133/2021 e a Lei Complementar 101/2000;

Art. 48 – Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2027 nos seguintes limites:

§ 1º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

§ 2º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.

§ 3º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 80% (oitenta por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o

ano de 2027, não sendo computado para esse limite a movimentação de dotações ocorridas na mesma conta orçamentária prevista no art. 8º.

§ 4º - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

§ 5º - Os Créditos Adicionais somente serão utilizados para transferir de uma categoria econômica para outra, considerando como limite a modalidade de aplicação, as demais autorizações deverão ocorrer mediante alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa.

§ 6º - A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentaria, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Credito Adicional previsto nos incisos anteriores.

Art. 49 – Consistem vantagens especiais da Educação Básica o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos Profissionais da Educação Básica, oriundo do saldo dos 70% (setenta por cento) dos recursos do **FUNDEB** de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o pagamento do ABONO ESPECIAL caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período, desde que o valor da folha de pagamento e dos encargos não aplique percentual previsto em Lei;

Art. 50 - O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.

Art. 51 - Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

§ 1º - Os relatórios constantes no *caput* desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

§ 3º - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

§ 4º - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o *caput* deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

Art. 52 - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

Art. 53 - O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária,

financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos utilizando o sistema eletrônico computadorizado, poderá utilizar documentos digitais em formato PDF, com assinatura digital qualificada no padrão ICP-Brasil ou assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma gov.br, para fins de formalização, tramitação e arquivamento de documentos oficiais.

Art. 54 - Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.

Art. 55 - As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente no âmbito do SUAS deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.

Art. 56 - A política pública voltada à primeira infância será tratada como prioridade no âmbito do planejamento governamental, possuindo caráter multifinalitário e abrangendo ações integradas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e proteção.

§ 1º O orçamento público contemplará despesas de caráter exclusivo, destinadas especificamente a programas, projetos e ações voltadas à primeira infância, bem como despesas de caráter não exclusivo, inseridas em políticas públicas mais amplas que contribuam para o atendimento desse público.

§ 2º O Poder Executivo adotará medidas para assegurar a inclusão e o monitoramento das ações voltadas à primeira infância, garantindo a efetividade das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Art. 57 – Aplicam-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne a esfera municipal.

Art. 58 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Aracoiaba - CE, em 14 de abril de 2026.

Wellington Silva de Oliveira
Prefeito Municipal de Aracoiaba

Tabela 2 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2027

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

valores em R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	2027			2028			2029		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	223.238	210.625	15,16	236.633	223.263	16,07	253.197	238.891	17,19
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	220.381	207.929	14,96	233.604	220.405	15,86	249.956	235.834	16,97
Receitas Primárias Correntes	217.756	205.453	14,78	230.821	217.780	15,67	246.979	233.025	16,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.125	12.383	0,89	13.913	13.126	0,94	14.886	14.045	1,01
Transferências Correntes	23.100	21.795	1,57	24.486	23.103	1,66	26.200	24.720	1,78
Demais Receitas Primárias Correntes	181.531	171.275	12,33	192.423	181.551	13,06	205.892	194.260	13,98
Receitas Primárias de Capital	2.625	2.477	0,18	2.783	2.625	0,19	2.977	2.809	0,20
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	223.238	210.625	15,16	236.633	223.263	16,07	253.197	238.891	17,19
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	243.693	229.924	16,55	258.314	243.719	17,54	276.396	260.780	18,77
Despesas Primárias Correntes	230.586	217.557	15,66	244.421	230.611	16,59	261.530	246.754	17,76
Pessoal e Encargos Sociais	124.862	117.807	8,48	132.354	124.876	8,99	141.618	133.617	9,62
Outras Despesas Correntes	105.724	99.750	7,18	112.067	105.735	7,61	119.912	113.137	8,14
Despesas Primárias de Capital	13.107	12.366	0,89	13.893	13.108	0,94	14.866	14.026	1,01
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-20.454	-19.298	-1,39	-21.681	-20.456	-1,47	-23.199	-21.888	-1,58
Receita Total (COM FONTES RPPS)	258.270	243.678	17,54	273.766	258.298	18,59	292.930	276.379	19,89
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	255.938	241.477	17,38	271.294	255.966	18,42	290.284	273.883	19,71
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	258.270	243.678	17,54	273.766	258.298	18,59	292.930	276.379	19,89
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	261.157	246.402	17,73	276.827	261.186	18,80	296.205	279.469	20,11
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-23.311	-21.994	-1,58	-24.710	-23.314	-1,68	-26.440	-24.946	-1,80
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-5.220	-4.925	-0,35	-5.533	-5.220	-0,38	-5.920	-5.586	-0,40
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	37.015	34.924	2,51	35.535	33.527	2,41	34.113	32.186	2,32
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	45.781	43.194	3,11	41.966	39.594	2,85	38.468	36.295	2,61
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.481	1.397	0,10	1.421	1.341	0,10	1.365	1.287	0,09

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RRFO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

valores em R\$ Milhares

Parâmetros	2027	2028	2029
PIB nominal	14,73	14,96	15,20
Receita Corrente Líquida - RCL	245.163	259.873	278.064

PARAMETROS ANUAIS	2024	2025	2026	2027	2028	2029
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	4,62%	4,83%	5,65%	5,65%	5,65%	5,65%
VARIAÇÃO DO PIB	2,90%	1,90%	2,50%	2,60%	2,60%	2,60%

*FONTE LDO Governo do Estado do Ceara 2025 Lei 19117 de 17/12/2024

Tabela 3 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

valores em R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	217.035	14,74	0,96	200.464	13,61	1,03	-16.571	-8
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	215.153	14,61	0,95	198.610	13,48	1,02	-16.543	-8
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	217.035	14,74	0,96	496.485	33,71	2,55	279.450	129
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	213.527	14,50	0,94	488.633	33,18	2,51	275.106	129
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.626	0,11	0,01	-290.024	-19,69	-1,49	-291.650	-17.937
Receita Total (COM FONTES RPPS)	231.726	15,73	1,02	215.222	14,61	1,10	-16.504	-7
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	229.844	15,61	1,01	213.368	14,49	1,09	-16.476	-7
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	231.726	15,73	1,02	215.222	14,61	1,10	-16.504	-7
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	228.218	15,49	1,00	207.371	14,08	1,06	-20.847	-9
Dívida Pública Consolidada (DC)	41.525	2,82	0,18	44.032	2,99	0,23	2.507	6
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	50.290	3,41	0,22	52.797	3,58	0,27	2.507	5
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-2.107	-0,14	-0,01	400	0,03	0,00	2.507	-119

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto	Vr Realizado
	2025	2025
PIB nominal	14.728,68	14.728,68
Receita Corrente Líquida - RCL	227.163,04	194.999,30

Tabela 4 - DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

Valores em R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	185.458	200.464	1,08	232.756	1,16	223.238	0,96	236.633	1,06	253.197	1,07
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	184.320	198.610	1,08	230.535	1,16	220.381	0,96	220.405	1,00	249.956	1,13
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	185.443	496.485	2,68	232.756	0,47	223.238	0,96	223.263	1,00	253.197	1,13
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	185.414	488.633	2,64	230.756	0,47	243.693	1,06	243.719	1,00	276.396	1,13
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-1.094	-290.024	1,19	-221	1,45	-23.311	1,14	-24.710	1,06	-26.440	1,07
Receita Total (COM FONTES RPPS)	198.985	215.222	1,08	250.721	1,16	258.270	1,03	273.766	1,06	292.930	1,07
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	197.847	207.371	1,05	250.721	1,21	261.157	1,04	276.827	1,06	296.205	1,07
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	198.928	215.222	1,08	250.721	1,16	258.270	1,03	273.766	1,06	292.930	1,07
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	198.899	207.371	1,04	249.221	1,20	261.157	1,05	276.827	1,06	296.205	1,07
Dívida Pública Consolidada (DC)	44.426	44.032	0,99	40.362	0,92	37.015	0,92	35.535	0,96	34.113	0,96
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	45.353	52.797	1,16	48.397	0,92	45.781	0,95	41.966	0,92	38.468	0,92
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-2.877	400	1,19	1.936	4,84	1.481	0,76	1.341	0,91	1.365	1,02

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	176.889	190.781	1,08	219.606	1,15	210.625	0,96	223.263	1,06	238.891	1,07
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	175.804	189.017	1,08	217.510	1,15	207.929	0,96	207.952	1,00	235.834	1,13
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	176.876	472.504	2,67	219.606	0,46	210.625	0,96	210.649	1,00	246.614	1,17
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	176.848	465.032	2,63	217.719	0,47	229.924	1,06	229.949	1,00	260.780	1,13
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	(1.044)	(276.016)	#####	(209)	1,45	-21.994	105,31	-23.314	1,06	-24.946	1,07
Receita Total (COM FONTES RPPS)	189.791	204.827	1,08	236.556	1,15	243.678	1,03	258.298	1,06	292.930	1,13
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	188.706	197.355	1,05	236.556	1,20	246.402	1,04	261.186	1,06	296.205	1,13
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	189.738	204.827	1,08	236.556	1,15	243.678	1,03	258.298	1,06	292.930	1,13
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	189.710	197.355	1,04	235.140	1,19	246.402	1,05	261.186	1,06	296.205	1,13
Dívida Pública Consolidada (DC)	42.374	41.905	0,99	38.082	0,91	34.924	0,92	33.527	0,96	34.113	1,02
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	43.258	50.247	1,16	45.663	0,91	43.194	0,95	39.594	0,92	38.468	0,97
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(2.744)	381	- 0,14	1.827	4,80	1.397	0,76	1.265	0,91	1.365	1,08

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

valores em R\$ Milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	65.605	6	61.946	40	44.163	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	65.605	6	61.946	40	44.163	- -

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	- -	100	26.926	3	26.175	
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	- -	100	26.926	3	26.175	- -

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

Tabela 6 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

valores em R\$ Millhares

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2025	2024	2023
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2025	2024	2023
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	SEM MOVIMENTO		
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2025	2024	2023
	(g) = ((Ia – II d) + III h)	(h) = ((Ib – II e) + III i)	(i) = (Ic – II f)
VALOR (III)	- -	- -	- -

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

valores em R\$ Milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios			
Aposentadorias			
Pensões por Morte			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²			

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	9671923,67	12311062,51	13717068,01
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo	3.470.162,49	4.475.664,60	5.664.612,65
Inativo	458.536,27	548.051,34	609.231,01
Pensionista	16.773,34	23.831,05	19.385,01
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo	4.587.121,51	5.824.748,26	6.578.565,41
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	459723,39	251.314,45	436.353,87
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Financeira entre os regimes	679606,67	1.185.813,66	408.920,06
Demais Receitas Correntes		1.639,15	
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	9671923,67	12311062,51	13717068,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios			
Aposentadorias	9.533.523,65	10.438.677,34	11.483.965,56
Pensões por Morte	1.353.123,74	1.489.696,58	1.501.059,97

Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Financeira entre os Regimes			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	10.886.647	11928373,92	12.985.025,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	-2.429.447	765377,18	1.464.084,96
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Receitas Correntes			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Despesas Correntes (XIII)			
Pessoal e Encargos Sociais	459.420,32	474.931,70	612.915,57
Demais Despesas Correntes	372.266,17	361.180,02	389.918,75
Despesas de Capital (XIV)	7.282,00	8.356,00	12.086,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	838.968	844467,72	1.014.920,32
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	1.677.937	1688935,44	2.029.841
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	2.889.602,44	3.067.508,93	3.197.857,77
Outro Bens e Direitos			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias - APORTES FINANCEIROS P/PAGTO FOLHA RESP.TESOURO	625.606,67	77.815,77	389.948,97
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	625.606,67	77815,77	389.948,97
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Aposentadorias	898.863,01	883.665,04	928.804,23
Pensões	17.088,00	18356,00	31.272,93
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	915.951,01	902.021,04	960.077,16
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				

2058
2059
2060
2061
2062
2063
2064
2065
2066
2067
2068
2069
2070
2071
2072
2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091
2092
2093
2094
2095

2096				
2097				
2098				
2099				
2100				
2101				
2102				
2103				
2104				
2105				
2106				
2107				
2108				
2109				
2110				
2111				
2112				
2113				
2114				
2115				
2116				
2117				
2118				
2119				

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Valores em R\$ Milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
	sem renuncia de receitas					
TOTAL						-

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

Tabela 10 - DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2027

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Valores em R\$ Milhares

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	inexiste previsão aumento
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOLABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

Valores em R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	R\$ 2.000.000,00	Anulação da Reserva de Contingencia e contingenciamento de dotações	R\$ 2.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	R\$ 1.500.000,00	Anulação de dotações	R\$ 1.500.000,00
Avais e Garantias Concedidas	R\$ 50.000,00	Provisão para Empréstimos junto a Banco Federal para investimentos a juros baixos mediante autorização Legislativa	R\$ 50.000,00
Assunção de Passivos	R\$ 20.000,00	Reconhecimento de passivos de responsabilidade do erário, anulação da Reserva de Contingência	R\$ 20.000,00
Assistências Diversas	R\$ 700.000,00	Reconhecimento do estado de calamidade por Força Maior ou Caso Fortuito, contingenciamento de dotações e redução do custo administrativo	R\$ 700.000,00
Outros Passivos Contingentes	R\$ 50.000,00	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	R\$ 50.000,00
SUBTOTAL	R\$ 4.320.000,00	SUBTOTAL	R\$ 4.320.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	R\$ 1.291,35	Redução do custo administrativo e redução das dotações	R\$ 1.291,35
Restituição de Tributos a Maior	R\$ 594,02	Devolução dos valores depositados superiores ao valor devido e redução de custos	R\$ 594,02
Discrepância de Projeções:	R\$ 723,16	Correção publicando novos montantes de acordo com os novos estudos, redução dos custos e contingenciamento de dotações	R\$ 723,16
Impactos da Reforma Tributária (EC 132/2023) sobre a arrecadação municipal	R\$ 6.000.000,00	Monitoramento da arrecadação, revisão das metas fiscais e adequação da despesa ao novo modelo tributário	R\$ 6.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	R\$ 464,89	Contingenciamento de dotações e redução da Reserva de Contingência	R\$ 464,89
SUBTOTAL	R\$ 6.003.073,41	SUBTOTAL	R\$ 6.003.073,41
TOTAL	R\$ 10.323.073,41	TOTAL	R\$ 10.323.073,41

Fontes: IBGE Cidades e Estados; SICONFI/RREO 2023-2026; SICONFI/RGF 2023-2025; DCA 2025.

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Função: 01 - Legislativa

Descrição: Elaboração de leis, decretos e resoluções e o controle das contas dos órgãos de todos os Poderes

- Ação:** 1928 - NOVAS INSTALAÇÕES E NOVOS IMOBILIZADOS
Objetivo: NOVAS INSTALAÇÕES E NOVOS IMOBILIZADOS
- Ação:** 1929 - CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DO IMÓVEL DE USO DA CÂMARA
Objetivo: CONST., AMPLIAÇÃO E REFORMA DO IMÓVEL DE USO DA CÂMARA
- Ação:** 1950 - MPLANT. E ALTERAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA E PCCS
Objetivo: IMPLANT. E ALTERAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA E PCCS
- Ação:** 1951 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E VEREADORES
Objetivo: QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E VEREADORES
- Ação:** 1952 - IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA LEGISLATIVA
Objetivo: IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA LEGISLATIVA
- Ação:** 1953 - GARANTIR O FUNC. DE OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Objetivo: GARANTIR O FUNC. DE OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- Ação:** 1954 - IMPLANTAR E GARANTIR SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E AUDITORIAS
Objetivo: IMPLANTAR E GARANTIR SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E AUDITORIAS
- Ação:** 1955 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E USO DE IA - PARA GESTÃO
Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E USO DE IA - PARA GESTÃO
- Ação:** 1956 - IMPLEMENTAR E MANTER E O BALCÃO DO CIDADÃO
Objetivo: IMPLEMENTAR E MANTER E O BALCÃO DO CIDADÃO
- Ação:** 1957 - GARANTIR O FUNCIONAMENTO PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
Objetivo: GARANTIR O FUNCIONAMENTO PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
- Ação:** 1958 - GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO PROCON
Objetivo: GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO PROCON
- Ação:** 1959 - REALIZAR CONCURSO PÚBLICO
Objetivo: REALIZAR CONCURSO PÚBLICO
- Ação:** 1960 - SALA DO JOVEM EMPREENDEDOR
Objetivo: SALA DO JOVEM EMPREENDEDOR
- Ação:** 2947 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Objetivo: MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
- Ação:** 2948 - GARANTIR A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR - SDP
Objetivo: GARANTIR A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DESEMPENHO PARLAMENTAR - SDP
- Ação:** 2949 - GARANTIR A REALIAÇÃO DE SESSÕES ITINERANTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS
Objetivo: GARANTIR A REALIAÇÃO DE SESSÕES ITINERANTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS
- Ação:** 2950 - GARANTIR A REALIAÇÃO DE SESSÕES ITINERANTES NAS COMUNIDADES E BAIROS
Objetivo: GARANTIR A REALIAÇÃO DE SESSÕES ITINERANTES NAS COMUNIDADES E BAIROS
- Ação:** 2955 - : IMPLANTAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO
Objetivo: IMPLANTAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO

Função: 03 - Essencial à Justiça

Descrição:

- Ação:** 2005 - Manutencao da Procuradoria Geral do Muni cipio
Objetivo: Manter as atividades da Procuradoria do municipio tais como: Coordenar, controlar e delinear a orientacao juridica a ser seguida pelo Poder Executivo desenvolver atividades de consultoria e assessoramento juridicos representar o Municipio judicial e extra-
- Ação:** 2116 - Funcionamento da Procuradoria Geral do Municipio
Objetivo: Atuar nos assuntos juridicos de interesse da Prefeitura Municipal de Aracoiaba

Função: 04 - Administração

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Descrição: Conjunto de ações desenvolvidas visando harmonizar recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais destinados à administração pública e à elaboração de políticas públicas, bem como assegurar a eficiência de sua coordenação, supervisionamento e implementação.

- Ação:** 0001 - Amortizacao da Divida Contratada
Objetivo: Amortizacao de Divida Contratada
- Ação:** 0002 - Contribuicao para formacao do PASEP
Objetivo: CONTRIBUICAO PARA FORMACAO DO PASEP
- Ação:** 0005 - Contribuicao para formacao do PASEP
Objetivo: Contribuicao para formacao do PASEP
- Ação:** 0008 - Amortizacao da Divida Contratada
Objetivo: Amortizacao da Divida Contratada junto ao INSS, RECEITA FEDERAL e IPMA
- Ação:** 1027 - Const. Ampl e Reforma de Pred Publicos
Objetivo: construir, ampliar e ou reformar Predios Punlicos.
- Ação:** 1028 - Const Ampl do Predios Sede da Sec de Obr as Publicas e Mobilidade Urbana
Objetivo: Construir ou ampliar Predios Publicos
- Ação:** 1043 - Const Ampl e reforma Predios Publicos
Objetivo: Construcao, Ampliacao e/ou reforma de predios publicos
- Ação:** 1044 - Const Ampl do Predio Sede da Sec Infraes trutura, Urbanismo e Meio Ambiente
Objetivo: Construcao aplicacao do Predio Sede da Secretaria de infraestrutura, Urnanismo e Meio Ambiente
- Ação:** 2004 - Manutencao do Gabinete do Prefeito
Objetivo: Manutencao das atividades do Gabinete do Prefeito.
- Ação:** 2006 - Manutencao da Secretaria de Governo e Seguranca Publica
Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE GOVERNO e Seg. Publica
- Ação:** 2008 - Aportes Periodicos para Amortizacao de Deficit do IPMA
Objetivo: pagamento de aporte ao IPMA
- Ação:** 2009 - Manutencao do Sistema Fiscal e Tributari o
Objetivo: Manter a Arrecadacao de tributos, modernizando os meios de controle fiscal e tributario.
- Ação:** 2010 - Manutencao da Secretaria de Financas
Objetivo: Funcionamento das Atividades da Secretaria de Financas, como intuito de gerir a Receita Tributaria municipal, atraves do planejamento e do controle economico, financeiro, buscando a eficiencia na arrecadacao, bem como na captacao externa de recursos.
- Ação:** 2011 - Manutencao da Secretaria de Controladori a
Objetivo: Funcionamento das Atividades da Secretaria de Controladoria
- Ação:** 2078 - Manutencao das Ativ da Sec.Desenvolvim. Economico, Trabalho e Turismo
Objetivo: Assegurar recursos para as atividades administrativas e de Gestao Administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Economico, Trabalho e Turismo.
- Ação:** 2083 - Manutencao da Secretaria de Assuntos Distritais
Objetivo: Funcionamento das Atividades da Secretaria de Assuntos Distritais
- Ação:** 2091 - Manutencao da Secretaria de Planejamento e Gestao
Objetivo: Funcionamento das Atividades da Secretaria de Planejamento e Gestao
- Ação:** 2092 - Promover a Reestruturacao e Modernizacao Administrativa e Tecnologica
Objetivo: Modernizacao Administrativa e Tecnologica
- Ação:** 2097 - Manutencao da Secretaria de Obras Publi cas e Mobilidade Urbana - SOPM
Objetivo: gerir a Secretaria de Obras Publicas e Mobilidade Urbana
- Ação:** 2098 - Mnutencao de Predios Publicos
Objetivo: Manter os Predios Publicos
- Ação:** 2104 - Manutencao de Meio Ambiente - SEMA
Objetivo: Manut da Sec de Meio Ambiente - SEMA

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

- Ação:** 2115 - Funcionamento do Gabinete do Prefeito
Objetivo: Manter o funcionamento do Gabinete do Prefeito
- Ação:** 2117 - Manutenção das Ações de Governo
Objetivo: Manutenção das ações de Governo da Prefeitura Municipal de Aracoiaba
- Ação:** 2119 - Funcionamento da Secretaria de Assuntos Institucionais
Objetivo: Gerir a Secretaria de Assuntos Institucionais
- Ação:** 2120 - Aportes Periódicos p/Amortização de Déficit do IPMA
Objetivo: Aportes ao IPMA para amortização de Déficit
- Ação:** 2121 - Funcionamento do Setor Tributário
Objetivo: Manutenção do Setor Tributário
- Ação:** 2122 - Func da Secretaria de Finanças, Planejamento e Gestão
Objetivo: gerir a Secretaria de Finanças, Planejamento e Gestão
- Ação:** 2123 - Funcionamento das Ações de Planejamento e Gestão
Objetivo: Manter as ações de planejamento e gestão
- Ação:** 2124 - Promover a Reestruturação e Modernização Administrativa e Tecnológica
Objetivo: Promover a reestruturação e modernização administrativa e tecnológica
- Ação:** 2125 - Func da Sec de Desenv Econ, Trab, Turismo e Tecnologia
Objetivo: Gerir a Sec de desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Tecnologia
- Ação:** 2131 - Func da Sec de Infraestrutura, Urb e Meio
Objetivo: Manter o funcionamento da Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente
- Ação:** 2132 - Manutenção de prédios Públicos
Objetivo: Manter os prédios públicos
- Ação:** 2138 - Manutenção das Ações de Meio Ambiente
Objetivo: Manutenção das Ações de Meio Ambiente

Função: 06 - Segurança Pública

Descrição: Conjunto de ações desenvolvidas com vistas à manutenção da ordem pública, pela vigilância e defesa da integridade física e dos bens e patrimônio dos cidadãos.

- Ação:** 1004 - Implantar Sistema de Vigilância Eletrônica
Objetivo: Implantar um sistema de vigilância eletrônica nos pontos estratégicos da cidade.
- Ação:** 1039 - Implantar Sistema de Vigilância Eletrônica
Objetivo: Implantar Sistema de Vigilância Eletrônica
- Ação:** 2007 - Funcionamento da Guarda Municipal Municipal
Objetivo: Funcionamento da Guarda Municipal
- Ação:** 2118 - Funcionamento da Guarda Municipal
Objetivo: Manter a Guarda Municipal do Município de Aracoiaba

Função: 08 - Assistência Social
--

Descrição: Agrega as ações voltadas para o bem estar social, por meio de medidas que objetivem o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, e se destinem a diminuir ou evitar os desequilíbrios sociais.

- Ação:** 1013 - Reforma, Ampliação e Construção de Equipamentos Assistenciais
Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- Ação:** 1036 - Melhoria e/ou Reforma de Habitação de Famílias de Baixa Renda
Objetivo: Melhoria habitacional de Baixa Renda
- Ação:** 1037 - Produção de Habitação de Interesse Social
Objetivo: Produção de Habitação de Interesse Social
- Ação:** 1038 - Construção de Kits Sanitários
Objetivo: Construção de Kits Sanitários

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

- Ação:** 1052 - Melhoria e/ou Reforma de Habitacao de Fa milias de Baixa Rend
Objetivo: Melhoria Habitacional de Baixa Renda
- Ação:** 1053 - Producao Habitacao de Interesse Social
Objetivo: Melhoria Habitacional de Baixa Renda
- Ação:** 1054 - Construcao de Kits Sanitarios
Objetivo: Melhoria Habitacional de Baixa Renda
- Ação:** 2039 - Manutencao da Secretaria de Protecao So cial e Cidadania
Objetivo: GARANTIR A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE Protecao Social e Cidadania.
- Ação:** 2040 - Manutencao do Conselho Tutelar
Objetivo: GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.
- Ação:** 2041 - Apoio a Associacoes Comunitarias
Objetivo: PROMOVER ASSISTENCIA SOCIAL COMUNITARIAS
- Ação:** 2042 - Funcionamento do Conselho Municipal de Assistencia Social
Objetivo: Garantir Recursos Para o Funcionamento do Conselho Municipal de Assistencia Social
- Ação:** 2043 - Manutencao do Programa de Auxilio a Gest ante
Objetivo: auxilio Gestante de Baixa Renda
- Ação:** 2044 - Gestao descentralizada do SUAS -IGD/SUAS
Objetivo: Apoio a Gestao - Igd/Suas
- Ação:** 2045 - Gestao Descentralizada do Programa BF Bolsa Familia
Objetivo: Visa articular os diversos agentes politicos em torno da promocao e inclusao social das familias que vivem em situacao de pobreza Gestao do AUXILIO BRASIL
- Ação:** 2046 - Gestao Administrativa do FMAS
Objetivo: Assegurar a protecao social as familias e individuos
- Ação:** 2047 - Fortalecimento do Controle Social CMAS
Objetivo: manutencao dos CMAS
- Ação:** 2048 - Programa Primeira Infancia do SUAS - CRIANCA FELIZ
Objetivo: Manter um politica para criancas e adolescentes, direcionada as comunidades mais vulneraveis, garantindo a intersetorialidade e integracao social.
- Ação:** 2049 - Gestao de Beneficios Eventuais
Objetivo: Assegurar a concessao de beneficios(auxilio natalidade e auxilio funceral) para atender as necessidades advinda de situacao de vulnerabilidade temporaria.
- Ação:** 2050 - Bloco da Protecao Social Basica - PSBI - PSB
Objetivo: Gestao dos Servicos de Protecao Social PSB
- Ação:** 2051 - Execucao de Emendas Parlamentares para a Assistencia Social
Objetivo: aplicacao de recursos oriundos de emendas parlamentares para a assistencia Social
- Ação:** 2052 - Bloco da Protecao Social Especial - PSE
Objetivo: Servicos de Protecao Especial
- Ação:** 2053 - Manutencao das Atividades de Fortalecimento do ECA
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS PARA A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FORTALECIMENTO DO ECA.
- Ação:** 2054 - Subvencao Social para Fortalecimento das Entidades
Objetivo: Assegurar a subvencao social para fortalecimento das entidades.
- Ação:** 2079 - Incentivo a Geracao de Emprego e Renda
Objetivo: incentivo ao crescimento economico local, gerando emprego e renda aos municipes.
- Ação:** 2151 - Fortalecimento dos CRAS e programas de visitas domiciliares para famílias com crianças de 0 a 6 anos.
Objetivo: Fortalecimento dos CRAS e programas de visitas domiciliares para famílias com crianças de 0 a 6 anos.

Função: 09 - Previdência Social
--

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Descrição: Conjunto de ações governamentais destinadas a fazer face à necessidade de transferir renda aos cidadãos que sofrem privação temporária de capacidade de prover seu próprio sustento, concedendo-lhes benefícios previdenciários por motivo de invalidez, doença, tratamento médico, acidente de trabalho, idade avançada, número elevado de dependentes, viuvez e orfandade.

Ação: 2093 - Gestao Administrativa do IMBA - RPPS

Objetivo: Garantir a continuidade dos servicos de Previdencia ao SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

Ação: 2094 - Pagamento de Beneficios Previdenciarios

Objetivo: Pagamento de Beneficios Previdenciarios

Função: 10 - Saúde

Descrição: Conjunto de ações destinadas a atender as necessidades e promover a melhoria das condições do estado de saúde da população.

Ação: 1014 - Construcao, ampliacao e Reforma de UBS

Objetivo: Construcao, ampliacao e reforma de UBS

Ação: 1015 - Const.o, Ampl. e/ou Reforma da Academia de Saude

Objetivo: Construcao, ampliacao e/ou reforma da Academia da Saude

Ação: 1016 - Const Ampl e Reforma de Unid Ambulat e Hospitalares

Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS PARA CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MUNICIPIO

Ação: 2055 - Manutencao da Central de Abastecimento Farmaceutico

Objetivo: manutencao da Central de Abastecimento Farmaceutico

Ação: 2056 - Manutencao do Conselho Municipal de Saude

Objetivo: manter as atividades do Conselho Municipal de Saude

Ação: 2057 - Manutencao do sistema de Planejamento do SUS - DIGISUS

Objetivo: implantar o Sistema de Planejamento do SUS - DIGISUS

Ação: 2058 - Realizacao da Conferencia Municipal de Saude

Objetivo: Realizar a Conferencia Municipal de Saude

Ação: 2059 - Manutencao da Rede de Saude de Aracoiaba

Objetivo: gerir a Rede Municipal de Saude de Aracoiaba

Ação: 2060 - Manutencao do funcionamento das unidades da Atencao Primaria a Saude

Objetivo: Assegurar o acesso a populacao aos servicos basicos de saude. Ampliando a capacidade do NASF, criando o CAI - CENTRO DE ATENDIMENTO INFANTIL, que disponibilize servicos de fisioterapia, fonodiaulogia, psicologia, para atender a crianas especiais e todos

Ação: 2061 - Manutencao da Academia da Saude

Objetivo: manter a Academia da Saude

Ação: 2062 - Manutencao dos Pontos de Atencao Especializada a Saude

Objetivo: ASSEGURAR O ACESSO DA POPULACAO AOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES UPA.

Ação: 2063 - Manutencao da Policlínica e Ceo, Consorciados

Objetivo: MANUTENCAO DA POLICLINICA E CEO REGIONAL CONSORCIADOS

Ação: 2064 - Manutencao e Funcionamento do CAPS

Objetivo: Manutencao e Funcionamento do CAPS

Ação: 2065 - Aquisicao e Distribuicao de Medicamentos Atencao Primaria e Especial

Objetivo: aquisicao de meicamentos Atencao Primaria e Especializada

Ação: 2066 - Manutencao do Sistema de programacao pactuada e integrada da assist. a Saude

Objetivo: manter programa pactuada de assistencia a Saude

Ação: 2067 - Manutencao da Vigilancia em Saude

Objetivo: PROVER RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE

Ação: 2068 - Manutencao do Centro de Zoonoses

Objetivo: manter Centro de Zoonoses

Ação: 2069 - Manutencao da Vigilancia Epidemiologica

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA CONTROLAR E PREVENIR ENDEMIAS E EPIDEMIAS NO MUNICÍPIO

Ação: 2070 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

Objetivo: PROVER RECURSOS PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAUDE

Ação: 2149 - Expansão da cobertura da Atenção Primária com foco na puericultura e pré-natal.

Objetivo: Expansão da cobertura da Atenção Primária com foco na puericultura e pré-natal

Função: 12 - Educação

Descrição: Conjunto de ações governamentais voltadas à formação intelectual, moral, social, cívica e profissional do indivíduo, preparando-o para o exercício consciente da cidadania, e habilitando-o para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social.

Ação: 1005 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Educacionais

Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 1006 - Construção, Ampliação e Reforma de Infraestrutura Esportiva nas Escolas

Objetivo: CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NAS ESCOLAS

Ação: 1007 - Projeto de Informática na Educação

Objetivo: Implantação de Informática na Educação

Ação: 1008 - Implantação do Programa de Tecnologia Educacional

Objetivo: assegurar a aquisição de computadores e lousa digital para escolas do ensino fundamental - proinfo

Ação: 1009 - Construção, Reforma e Ampliação das Escolas da Rede de Ensino Básico

Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO BÁSICO

Ação: 1010 - Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil-Pré-Escola

Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA

Ação: 1011 - Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil - Creche

Objetivo: GARANTIR RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL

Ação: 1012 - Reforma e Ampliação do Prédio Sede da Secretaria de Educação

Objetivo: reforma e ampliação do prédio sede da Secretaria de Educação

Ação: 2012 - Manutenção da Rede de Ensino Fundamental

Objetivo: Manutenção da Rede de Ensino Fundamental

Ação: 2013 - Parcerias com Organizações do Terceiro Setor

Objetivo: Parcerias com Organizações do terceiro setor

Ação: 2014 - Aquis. de Alimentação Escolar

Objetivo: ASSEGURAR AO ALUNO DA REDE ESCOLAR DE ENSINO A DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - Recursos Próprios.

Ação: 2015 - Aquis. de Alimentação Escolar - ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: ASSEGURAR AO ALUNO DA REDE ESCOLAR DE ENSINO A DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Ação: 2016 - Manutenção do Transporte Escolar

Objetivo: Manter o Transporte Escolar

Ação: 2017 - Promoção de ações Motivacionais de Incentivo à Escola

Objetivo: Premiar anualmente as escolas que obtiverem as melhores notas, via dados do IDEB e grau de proficiência do 2o, 5o e 9o anos, e alunos que se destacaram.

Ação: 2018 - Aquis. de Alimentação Escolar - AEE

Objetivo: Aquisição de Alimentação Escolar

Ação: 2019 - Transporte Escolar do Ensino Médio

Objetivo: ASSEGURAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS AS ESCOLAS VIABILIZANDO REDUZIR A EVASÃO ESCOLAR

Ação: 2020 - Incentivo aos Estudantes do Ensino Superior

Objetivo: Incentivo aos Estudantes do Ensino Superior

Ação: 2021 - Aquis. de Alimentação Escolar - CRECHE

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

- Objetivo: Aquisicao de Alimentacao Escolar - Creche
- Ação:** 2022 - Aquis. de Alimentacao Escolar - PRE ESCO LAR
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A ALIMENTACAO ESCOLAR PNAP
- Ação:** 2023 - Manutencao das Políticas de Educacao Infantil
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
- Ação:** 2024 - Aquis. de Alimentacao Escolar - AEJA
Objetivo: Aquisicao de Alimentacao Escolar EJA
- Ação:** 2025 - Manutencao da Educacao Inclusiva - AEE
Objetivo: Manutencao da Educacao Inclusiva AEE
- Ação:** 2028 - Capacitacao e Formacao dos Profissionais da Educacao
Objetivo: proporcionar a formacao e aperfeiçoamento em educacao dos profissionais da Educacao.
- Ação:** 2029 - Manutencao do Ensino Fundamental
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
- Ação:** 2030 - Remuneracao Profissionais da Educacao - Educacao Fundamental (70%)
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70%
- Ação:** 2031 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental
Objetivo: Transporte Escolar de alunos do Ensino Fandamental
- Ação:** 2032 - Manutencao Educacao Infantil Creche
Objetivo: Manutencao Educacao Infantil Creche
- Ação:** 2033 - Remuneracao Profissionais da Educacao - Educ. Infantil Creche (70%)
Objetivo: Manutencao Educacao Infantil Creche 70%
- Ação:** 2034 - Manutencao Educacao Infantil Pre Escola
Objetivo: Manutencao Educacao Infantil Pre Escola
- Ação:** 2035 - Remuneracao Profissionais da Educacao - Educ. Infantil Pre Escola (70%)
Objetivo: Manutencao Educacao Infantil Pre Escola 70%
- Ação:** 2036 - Manutencao da Educacao de Jovens e Adul tos - EJA
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS
- Ação:** 2037 - Remuneracao Profissionais da Educacao - Educ. Jovens e Adultos - EJA (70%)
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - 70%
- Ação:** 2038 - Manutencao da Secretaria de Educacao
Objetivo: GARANTIR OS MEIOS PARA A EXECUCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
- Ação:** 2150 - Ampliação de vagas em creches e qualificação da educação infantil com base na BNCC.
Objetivo: Ampliação de vagas em creches e qualificação da educação infantil com base na BNCC.

Função: 13 - Cultura

Descrição: Conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado ao longo da história da humanidade.

- Ação:** 1023 - Construcao, Ampliacoes e Reforma de Equipamentos Culturais
Objetivo: Construcao, Ampliacoes e Reforma de Equipmentos Culturais. Criacao de um Centro de Arte e Cultura, com a oferta de producao cultural como cinema, danca, musica e outras artes. Construcao e Revitalizacao de Centros de Lazer para a populacao, na Sede e Distr
- Ação:** 2026 - Manutencao da Banda de Musica Municipal
Objetivo: Assegurar o Funcioamento da Banda de Musica Municipal
- Ação:** 2084 - Apoio a Difusao Cultural e a Realizacao de Eventos
Objetivo: Apoio a Difusao Cultural, Desenvolvimento e Expansao Cultural, Artistico e Realizacao de Eventos.
- Ação:** 2085 - Realizar Atividades de Formacao Artistica e apoio Cultural
Objetivo: incentivo a Orquestra Municipal e Banda de Musica, com o objetivo de abrir novas perspectivas para jovens.,

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Ação: 2086 - Lei Aldir Blanc

Objetivo: Aplicacao de recursos da Lei Aldir Blanc

Ação: 2087 - Lei Paulo Gustavo - Lei 195/2022

Objetivo: Aplicacao de recursos da Lei 195/2022 - Lei Paulo Gustavo

Ação: 2153 - Implantação de espaços lúdicos e programas de incentivo à leitura desde os primeiros anos.

Objetivo: Implantação de espaços lúdicos e programas de incentivo à leitura desde os primeiros anos

Função: 14 - Direito da Cidadania
--

Descrição: Conjunto de ações que se destinam a assegurar direitos e serviços básicos a indivíduos ou comunidades apartados do convívio do restante da sociedade.

Ação: 2095 - Manutencao da Secretaria de Políticas Pu blicas para as Mulheres

Objetivo: Manutencao de Políticas publicas para mulheres

Função: 15 - Urbanismo

Descrição: Conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de aperfeiçoar o processo de urbanização, estabelecendo uma estrutura de cidades capaz de servir aos objetivos do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, oferecer a necessária qualidade de vida à população.

Ação: 1029 - Const Ampl e Recuperacao de Infraestrutu ra Viaria

Objetivo: Construcao Ampl e Recuperacao de Infra Estrutura Viaria

Ação: 1030 - Urbanizacao do Acesso Alto Santo

Objetivo: Urbanizar o Alto Santo

Ação: 1031 - Const Ampl e Recup de Pracas e Logradour os Publicos

Objetivo: Const Ampl e Recup de Pracas e Logradouros Publicos

Ação: 1032 - Const Ampliacao Reforma de Cemiterio

Objetivo: Construcao Ampliacao e Reforma de Cemiterio

Ação: 1045 - Const Ampl recup Infraestrutura Viaria

Objetivo: Construcao, ampliacao, recuperacao infraestrutura viaria

Ação: 1046 - Urbanizacao do Acesso Alto Santo

Objetivo: Urbanizacao Alto Santo

Ação: 1047 - Const Ampl Recup de Pracas e Logradouros Publicos

Objetivo: Const Ampl Recuperacao de Pracas e Logradouros Publicos

Ação: 1048 - Const Ampl Reforma de Cemiterio

Objetivo: Construcao Ampliacao reforma de Cemiterio

Ação: 2071 - Manutencao das Atividades do Matadouro P ublico Municipal

Objetivo: Manutencao do Matadouro Publico Municipal

Ação: 2099 - Recuperacao de Vias em Pedra Tosca e As faltica

Objetivo: Recuperacao de Vias Publicas

Ação: 2100 - Funcionamento do DEMUTRAN

Objetivo: Gerir o DEMUTRAN

Ação: 2105 - Manutencao de Cemiterios Publicos

Objetivo: Manut de Cemiterios

Ação: 2106 - Manutencao do Matadouro Publico Municipa l

Objetivo: Manutencao do Matadouro

Ação: 2107 - Manutencao de Pracas e Lograd Publicos

Objetivo: Manut das Pracas e Log Publicos

Ação: 2109 - Servicos de Limpeza Publica

Objetivo: Servicos de Limpeza Publica

Ação: 2133 - Recuperacao de Vias Publicas

Objetivo: Recuperacao de vias Publicas

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

- Ação:** 2134 - Funcionamento do DEMUTRAN
Objetivo: Funcionamento do DEMUTRAN
- Ação:** 2139 - Manutencao de Cimiterios Publicos
Objetivo: Manutencao de Cimiterios Publicos
- Ação:** 2140 - Manutencao do Matadouro Publico Municipa l
Objetivo: Manutencao do Matadouro Publico Municipal
- Ação:** 2141 - Manutencao de Pracas e Logradouros Publi cos
Objetivo: Manutencao de Pracas e Logradouros Publicos
- Ação:** 2143 - Servicos de Limpeza Publica
Objetivo: Manter os Servicos de Limpeza Publica

Função: 17 - Saneamento

Descrição: Conjunto de ações que visam o abastecimento de água de boa qualidade às populações, a destinação final dos esgotos domésticos e despejos industriais e a melhoria das condições sanitárias das comunidades.

- Ação:** 1033 - Const e Recuperacao de Obras de Saneamen to Basico
Objetivo: Const Rec de Obras de Saneamento
- Ação:** 1049 - Const e Recuperacao de Obras de Saneamen to Basico
Objetivo: Const e Recuperacao de Obras de Saneamento Basico
- Ação:** 2101 - Manutencao do Saneamento Basico
Objetivo: Manter Saneamento Basico
- Ação:** 2135 - Manutencao do Saneamento Basico
Objetivo: Manutencao do Saneamento Basico
- Ação:** 2152 - Ações de acesso à água potável, esgoto e lixo em comunidades vulneráveis.
Objetivo: Ações de acesso à água potável, esgoto e lixo em comunidades vulneráveis

Função: 18 - Gestão Ambiental

Descrição: Conjunto de ações desenvolvidas para a proteção de recursos naturais, monitoramento por meio de levantamento sistemático de dados oceanográficos, meteorológicos, astronômicos e geofísicos, e controle das condições ambientais.

- Ação:** 1017 - Ampliacao, Reforma e Const de Sistemas de Abast D agua
Objetivo: AMPLIAR O ABASTECIMENTO DAGUA DA CIDADE DE MODO A ATENDER A POPULACAO NAO CONTEMPLADA COM O SISTEMA
- Ação:** 1018 - Construcao e Recuperacao de Cisternas, Pocos e Rede de Abastecimento
Objetivo: GARANTIR A MANUTENCAO DO ABASTECIMENTO DAGUA DO MUNICIPIO
- Ação:** 1019 - Construcao e Reforma de Acudes e Barragem
Objetivo: GARANTIR A MANUTENCAO DOS RECURSOS HIDRICOS DO MUNICIPIO
- Ação:** 2072 - Implementar acoes de combate a seca
Objetivo: Incrementar acoes de combate a seca, buscando recursos junto a Uniao, Estado.
- Ação:** 2110 - Protecao de Faunas e Flora de Municipios
Objetivo: Protecao de Faunas e Flora
- Ação:** 2111 - Recicla ARACOIABA
Objetivo: Recicla ARACOIAB
- Ação:** 2112 - Rateio de Particip em Consorcio de Resid uos Solidos
Objetivo: Rateio de Consorcio
- Ação:** 2113 - Manutencao do Fundo Municipal do Meio Am biente
Objetivo: Manutencao do FMMA
- Ação:** 2114 - Preservacao e Recuperacao de Meio Ambien te
Objetivo: Preservacao do Meio Ambiente
- Ação:** 2144 - Protecao de Fauna e Flora do Municipio

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Objetivo: Manter a proteção a fauna e flora

Ação: 2145 - Recicla ARACOIABA

Objetivo: MANTER PROGRAMAS DE RECICLAGEM

Ação: 2146 - Rateio de Participação em Consórcio de Resíduos dos Sólidos

Objetivo: Participação em Consórcio

Ação: 2147 - Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Objetivo: Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Ação: 2148 - Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

Objetivo: Preservação do Meio Ambiente

Função: 19 - Ciência e Tecnologia

Descrição: Conjunto de ações que visam promover e assegurar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Ação: 2027 - Manutenção do Centro Vocacional Tecnológico - CVT

Objetivo: Manter as atividades do CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO - CVT.

Ação: 2080 - Aracoiaba Digital: Acesso Livre Internet em Logradouros Públicos de Gde

Objetivo: Disponibilizar a Internet à população

Ação: 2096 - Manutenção da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo: Manutenção da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação: 2127 - Aracoiaba Digital: Acesso livre à internet em logradouros públicos

Objetivo: Promover o livre acesso à internet por parte da população do município

Ação: 2130 - Promover a Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo: Promover a Ciência, Tecnologia e Inovação

Função: 20 - Agricultura

Descrição: Conjunto das ações governamentais desenvolvidas para promover, incentivar e supervisionar a produção agrícola e pecuária, com o emprego de técnicas que possibilitem conjugar maior produtividade com melhoria da qualidade. Inclui, ainda, as ações destinadas a garantir o abastecimento de produtos agropecuários e de incentivo ao cooperativismo rural.

Ação: 2073 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural

Objetivo: Funcionamento das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Rural

Ação: 2074 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS DESTINADOS AS ATIVIDADES DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO

Ação: 2075 - Manutenção do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Objetivo: promover a aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, visando o desenvolvimento da economia local.

Ação: 2076 - Garantia Seguro Safra

Objetivo: Seguro Safra

Ação: 2077 - Incentivo e Apoio ao Agricultor e Produtor Rural

Objetivo: Incentivo e apoio ao pequeno agricultor para implementar a sua produção, através da Arca de Terra, Distribuição de sementes, Cilagem, Vacinação do Rebanho.

Função: 22 - Indústria

Descrição: Conjunto de ações desenvolvidas no sentido de planejar e promover a expansão do parque industrial do País, seja através da iniciativa privada ou da participação do governo no capital de empresas industriais.

Ação: 1021 - Implantação do Polo de Confecções

Objetivo: Implantação do Polo de Costura

Ação: 1041 - Implantar Polo de Confecções

Objetivo: Implantar Polo de Confecções

Ação: 2081 - Incentivo à Produção e Apoio às Ações de Emprego e Renda

Objetivo: FORTALECER E INCENTIVAR O SETOR PRODUTIVO LOCAL COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

Ação: 2128 - Incentivo a Producao e Apoio as Acoes de Emprego e Renda
Objetivo: Incentivo a Producao

Função: 23 - Comércio e Serviços

Descrição: Agregação de ações desenvolvidas no sentido de planejar e promover a expansão do comércio interno e externo.

Ação: 1020 - Ampliacao, Reforma e Construcao de Matadouros
Objetivo: GARANTIR MELHORIA NO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ORIUNDAS DA PECUARIA

Ação: 1022 - Criacao de um Centro de Formacao Mao de Obra (Confeccoes)
Objetivo: formacao de mao de obra

Ação: 1034 - Ampliacao, Reforma e/ou Construcao de Mercado e/ou Centro de Abastecimento
Objetivo: Amp Ref e Const de Mercado e Centro de Abastecimento

Ação: 1042 - Criacao de Centro de Formacao de Mao de Obra (Confeccoes)
Objetivo: criar um centro de formacao de mao de obra para confeccoes.

Ação: 1051 - Ampl Ref Const Mercado/Centro de Abastec imento
Objetivo: Ampl Ref Const Mercado/Centro de Abastecimento

Ação: 2082 - Incentivo ao Turismo
Objetivo: Incentivo ao Turismo

Ação: 2108 - Adm das Feiras e Mercado Publico
Objetivo: Manutencao Feiras e Mercados

Ação: 2126 - Geracao de Emprego e Renda
Objetivo: Promover a geracao de emprego e renda

Ação: 2129 - Incentivo ao Turismo
Objetivo: Incentivo ao Turismo

Ação: 2142 - Administracao das Feiras e Mercado Publi co
Objetivo: Administracao das Feiras e Mercado Publico

Função: 25 - Energia

Descrição: Conjunto de ações governamentais voltadas para o aproveitamento e exploração racional, e ordenado de fontes de energia, convencionais ou alternativas.

Ação: 1035 - Construcao e Ampliacao de Rede Eletrica
Objetivo: Const Ampl Rede Eletrica

Ação: 1050 - Construcao e ampliacao de rede Eletrica
Objetivo: Construcao e Ampliacao de Rede Eletrica

Ação: 2102 - Manutencao da Iluminacao Publica
Objetivo: Manter a Iluminacao Publica

Ação: 2136 - Manutencao Iluminacao Publica
Objetivo: Manutencao Iluminacao Publica

Função: 26 - Transporte

Descrição: Conjunto de ações destinadas ao planejamento, coordenação e controle, implantação, manutenção e conservação de infra-estrutura e serviços relacionados com os diversos meios de transporte.

Ação: 2103 - Conserv do Sistema Rodoviario Municipal
Objetivo: Manter o Sistema Viario

Ação: 2137 - Conservacao do Sistema Rodoviario Municip al
Objetivo: Conservacao do Sistema Rodoviario Municipal

Função: 27 - Desporto e Lazer

Descrição: Conjunto de ações que visam o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas dos indivíduos.

Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Ações Prioritárias por Funções de Governo
Exercício 2027

- Ação:** 1024 - Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos
Objetivo: Construção, Ampliação e Reforma do Estádio de Futebol, Ginásio Poliesportivo, Campos e Quadras Esportivas
- Ação:** 1025 - Ampliação e Reforma do Estádio Municipal
Objetivo: ampliação e reforma do Estádio Municipal de Aracoiaba
- Ação:** 1026 - Ampliação e Manutenção dos Polos de Lazer
Objetivo: revitalizar e manter áreas de lazer para a população.
- Ação:** 2088 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude
Objetivo: Assegurar a Coordenação e manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude
- Ação:** 2089 - Manutenção dos Equipamentos Esportivos
Objetivo: Manutenção dos Equipamentos Esportivos do Município
- Ação:** 2090 - Incentivo à Prática Esportiva
Objetivo: Incentivo ao desenvolvimento de práticas esportivas, permitindo aos munícipes participação no Desporto e no Lazer

Função: 28 - Encargos Especiais
--

Descrição: Conjunto de ações relacionadas com o pagamento de juros, encargos e parcelas do principal da dívida pública contraída junto a agentes nacionais ou estrangeiros e à renegociação e refinanciamento da dívida interna ou externa, com transferências obrigatórias de receitas a outras esferas de governo, e com outros encargos especiais os quais não se enquadrem em qualquer das funções anteriormente descritas.

- Ação:** 0003 - Cumprimento de Sentenças Judiciais
Objetivo: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- Ação:** 0004 - Pagamento de Precatórios
Objetivo: Pagamento de Precatórios
- Ação:** 0006 - Cumprimento de Sentenças Judiciais
Objetivo: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- Ação:** 0007 - Pagamento de Precatórios
Objetivo: Pagamento de precatórios

Função: 99 - Reserva de Contingência

Descrição:

- Ação:** 7001 - Reserva do RPPS
Objetivo: Reserva do RPPS.
- Ação:** 9001 - Reserva de Contingência
Objetivo: Servir de Fonte compensatória na abertura de Créditos adicionais para reforçar dotações insuficientes previstas e contingenciamento fiscais
- Ação:** 9002 - Reserva de Contingência
Objetivo: reserva de contingência